

SUMÁRIO

Prefácios

Ministro Teori Albino Zavascki.....	07
Professor Álvaro Atallah.....	17

Introdução	21
-------------------------	----

1. Direito à saúde e o Poder Judiciário	27
--	----

1.1. Considerações iniciais	29
-----------------------------------	----

1.2. Direitos fundamentais sociais.....	30
---	----

1.2.1. Dignidade da pessoa humana e mínimo existencial em saúde.....	31
--	----

1.2.2. Dever de progresso e proibição de retrocesso	34
---	----

1.3. A extensão do direito fundamental à saúde. A possibilidade de restrição.....	37
---	----

1.4. A crise do Estado brasileiro	43
---	----

1.5. Protagonismo do Poder Judiciário.....	45
--	----

1.6. Quais são os limites do Poder Judiciário?	48
--	----

1.6.1. Entre o ativismo judicial e a autocontenção judicial	50
---	----

1.6.2. Critérios para a teoria da decisão em processos judiciais sobre saúde pública e saúde suplementar.....	65
---	----

1.6.3. Diálogos institucionais	71
--------------------------------------	----

1.7. Considerações finais	75
---------------------------------	----

2. Novas perspectivas sobre a judicialização da saúde	77
--	----

2.1. Considerações iniciais.....	79
----------------------------------	----

2.2. O papel do CNJ na judicialização da saúde	79
--	----

2.2.1. Iniciativas do Fórum da Saúde do CNJ.....	83
--	----

2.2.2. Núcleos ou Câmaras de Apoio Técnico.....	83
---	----

2.2.3. Enunciados.....	84
------------------------	----

2.2.4. Cartilhas.....	85
-----------------------	----

2.2.5. Mutirões de conciliação	85
--------------------------------------	----

2.2.6. Especialização de varas de saúde pública.....	86
--	----

2.2.7. Jornada de direito da saúde do CNJ	87
---	----

2.2.7.1. Enunciados de saúde pública.....	88
---	----

2.2.7.2. Enunciados de saúde suplementar.....	89
---	----

2.2.7.3. Enunciados de biodireito	91
2.3. Novas perspectivas de atuação do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.....	92
2.4. Legitimação democrática da decisão judicial	96
2.5. Casuística judicial	102
2.6. Considerações finais.....	107

3. Molduras jurídicas e fáticas do direito

constitucional da saúde	119
3.1. Considerações iniciais	121
3.2. Moldura constitucional do direito à saúde.....	124
3.3. Moldura fática do financiamento à saúde	132
3.4. Princípio republicano: escolhas, escassez e racionamento	140
3.5. Aspectos positivos e negativos da judicialização	154
3.6. Considerações finais.....	158

4. Buscando uma lógica organizativa na judicialização da saúde

da saúde	161
4.1. Considerações iniciais	163
4.2. Contextualizando o problema.....	164
4.3. Um efetivo sistema público de saúde.....	170
4.4. O que a judicialização tem a ver com isto?	172
4.5. O futuro da judicialização	193
4.6. Considerações finais.....	196

5. Como usar a Saúde Baseada em Evidências.....

5.1. Considerações iniciais	201
5.2. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas – PCDT's	202
5.3. A CONITEC e os protocolos	208
5.4. O que é medicina baseada em evidências – MBE?.....	213
5.5. Como buscar as evidências.....	224
5.6. O papel dos Núcleos de Apoio Técnico – NAT's.....	239
5.7. Considerações finais.....	243

Bibliografia

Sites para pesquisas de medicina baseada em evidências ...	257
---	------------